

PROJETO DE LEI Nº 326, DE 2005

Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos
e dá providências correlatas

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

TÍTULO I **DA POLÍTICA ESTADUAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS**

CAPÍTULO I **DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS**

Artigo 1º - Esta lei institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos e define princípios e diretrizes, objetivos, instrumentos para a gestão integrada e compartilhada de resíduos sólidos, com vistas à prevenção e o controle da poluição, a proteção e a recuperação da qualidade do meio ambiente e a promoção da saúde pública, assegurando o uso adequado dos recursos ambientais no Estado de São Paulo.

Artigo 2º - São princípios da Política Estadual de Resíduos Sólidos:

- I. a visão sistêmica na gestão dos resíduos sólidos que leve em consideração as variáveis ambientais, sociais, culturais, econômicas, tecnológicas e de saúde pública;
- II. a gestão integrada e compartilhada dos resíduos sólidos por meio da articulação entre Poder Público, iniciativa privada e demais segmentos da sociedade civil;
- III. a cooperação interinstitucional com os órgãos da União e dos municípios, bem como entre secretarias, órgãos e agências estaduais;
- IV. a promoção de padrões sustentáveis de produção e consumo;
- V. a prevenção da poluição mediante práticas que promovam a redução ou eliminação de resíduos na fonte geradora;

VI. a minimização dos resíduos por meio de incentivos às práticas ambientalmente adequadas de reutilização, reciclagem, e recuperação;

VII. a garantia da sociedade ao direito à informação, pelo gerador, sobre o potencial de degradação ambiental dos produtos;

VIII. o acesso da sociedade à educação ambiental;

IX. a adoção do princípio do poluidor-pagador;

X. a responsabilidade dos produtores ou importadores de matérias primas, de produtos intermediários ou acabados, transportadores, distribuidores, comerciantes, consumidores, catadores, coletores e operadores de resíduos sólidos em qualquer das fases de seu gerenciamento;

XI. atuar em consonância com as políticas estaduais de recursos hídricos, meio ambiente, saneamento, saúde, educação e desenvolvimento urbano.

XII. reconhecer o resíduos sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico, gerador de trabalho e renda;

Artigo 3º - São objetivos da Política Estadual de Resíduos Sólidos:

I. o uso sustentável, racional e eficiente dos recursos naturais;

II. a preservação e a melhoria da qualidade do meio ambiente, da saúde pública e a recuperação das áreas degradadas por resíduos sólidos;

III. reduzir a quantidade e a nocividade dos resíduos sólidos, evitar os problemas ambientais e de saúde pública por eles gerados e erradicar os "lixões", "aterros controlados", "bota-foras" e demais destinações inadequadas;

IV. promover a inclusão social de catadores, nos serviços de coleta seletiva;

V. erradicar o trabalho infantil em resíduos sólidos promovendo a sua integração social e de sua família;

VI. incentivar a cooperação intermunicipal, estimulando a busca de soluções consorciadas e a solução conjunta dos problemas de gestão de resíduos de todas as origens;

VII – fomentar a implantação do sistema de coleta seletiva nos Municípios;

Parágrafo Único - Para alcançar os objetivos colimados, caberá ao Poder Público, em parceria com a iniciativa privada:

1. articular, estimular e assegurar as ações de eliminação, redução, reutilização, reciclagem, recuperação, coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos;

2. incentivar a pesquisa, o desenvolvimento, a adoção e a divulgação de novas tecnologias de reciclagem, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, inclusive de prevenção à poluição;

3. incentivar a informação sobre o perfil e o impacto ambiental de produtos através da autodeclaração na rotulagem, análise de ciclo de vida e certificação ambiental;

4. promover ações direcionadas à criação de mercados locais e regionais para os materiais recicláveis e reciclados;

5. incentivar ações que visem ao uso racional de embalagens;

6. instituir linhas de crédito e financiamento para a elaboração e implantação de Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos;

7. instituir programas específicos de incentivo para a implantação de sistemas ambientalmente adequados de tratamento e disposição final de resíduos sólidos;

8. promover a implantação, em parceria com os Municípios, (-), instituições de ensino e pesquisa e organizações não governamentais, de programa estadual de capacitação de recursos humanos com atuação na área de resíduos sólidos;

9. incentivar a criação e o desenvolvimento de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis que realizam a coleta e a separação, beneficiamento e reaproveitamento de resíduos sólidos reutilizáveis ou recicláveis;

- 10.** promover ações que conscientizem e disciplinem os cidadãos para o adequado uso do sistema de coleta de resíduos sólidos urbanos;
- 11.** assegurar a regularidade, continuidade e universalidade nos sistemas de coleta, transporte, tratamento e disposição de resíduos sólidos urbanos;
- 12.** criar incentivos aos municípios que se dispuserem a implantar, ou permitir a implantação, em seus territórios, de instalações licenciadas para tratamento e disposição final de resíduos sólidos, oriundos de quaisquer outros municípios;
- 13.** implantar Sistema Declaratório Anual para o controle da geração, estocagem, transporte e destinação final de resíduos industriais;
- 14.** promover e exigir a recuperação das áreas degradadas ou contaminadas por gerenciamento inadequado dos resíduos sólidos mediante procedimentos específicos fixados em regulamento;
- 15.** promover a gestão Integrada e compartilhada de Resíduos Sólidos, apoiando a concepção, implementação e gerenciamento dos sistemas de resíduos sólidos com participação social e sustentabilidade.

CAPÍTULO II DOS INSTRUMENTOS

Artigo 4º - São instrumentos da Política Estadual de Resíduos Sólidos:

- I.** o planejamento integrado e compartilhado do gerenciamento dos resíduos sólidos;
- II.** os Planos Estadual e Regionais de Gerenciamento de Resíduos Sólidos;
- III.** os Planos dos Geradores;
- IV.** o Inventário Estadual de Resíduos Sólidos;
- V.** o Sistema Declaratório Anual de Resíduos Sólidos;

- VI.** o termo de compromisso e termo de ajustamento de conduta;
- VII.** os acordos voluntários por setores da economia;
- VIII.** o licenciamento, a fiscalização e as penalidades;
- IX.** o monitoramento dos indicadores da qualidade ambiental;
- X.** o aporte de recursos orçamentários e outros, destinados prioritariamente às práticas de prevenção da poluição, à minimização dos resíduos gerados e à recuperação de áreas degradadas e remediação de áreas contaminadas por resíduos sólidos;
- XI.** os incentivos fiscais, tributários e creditícios que estimulem as práticas de prevenção da poluição e de minimização dos resíduos gerados e a recuperação de áreas degradadas e remediação de áreas contaminadas por resíduos sólidos;
- XII.** medidas fiscais, tributárias, creditícias e administrativas que inibam ou restrinjam a produção de bens e a prestação de serviços com maior impacto ambiental;
- XIII.** os incentivos à gestão regionalizada dos resíduos sólidos;
- XIV.** linhas de financiamento de fundos estaduais;
- XV.** a divulgação de dados e informações incluindo os programas, as metas, os indicadores e os relatórios ambientais;
- XVI.** a disseminação de informações sobre as técnicas de prevenção da poluição, de minimização, de tratamento e destinação final de resíduos;
- XVII.** a educação ambiental;
- XVIII.** a gradação de metas, em conjunto com os setores produtivos, visando a redução na fonte e a reciclagem de resíduos que causem riscos à saúde pública e ao meio ambiente;
- XIX.** o incentivo à certificação ambiental de produtos;
- XX.** o incentivo à auto-declaração ambiental na rotulagem dos produtos;

XXI. o incentivo às auditorias ambientais;

XXII. o incentivo ao seguro ambiental;

XXIII. incentivo mediante programas específicos para a implantação de unidades de coleta, triagem, beneficiamento e reciclagem de resíduos;

XXIV. incentivo ao uso de resíduos e materiais reciclados como matéria –prima;

XXV. incentivo a pesquisa e a implementação de processos que utilizem as tecnologias limpas.

CAPÍTULO III DAS DEFINIÇÕES

Artigo 5º - Para os efeitos desta lei, consideram-se:

I. Resíduos Sólidos - os materiais decorrentes de atividades humanas em sociedade, e que se apresentam nos estados sólido ou semi-sólido, como líquidos não passíveis de tratamento como efluentes, ou ainda os gases contidos;

II. Prevenção da Poluição ou Redução na Fonte – a utilização de processos, práticas, materiais, produtos ou energia que evitem ou minimizem a geração de resíduos na fonte e reduzam os riscos para a saúde humana e para o meio ambiente;

III. Minimização dos Resíduos Gerados – a redução, ao menor volume, quantidade e periculosidade possíveis, dos materiais e substâncias, antes de descartá-los no meio ambiente;

IV. Gestão Compartilhada de Resíduos Sólidos - é a maneira de conceber, implementar e gerenciar sistemas de resíduos, com a participação dos setores da sociedade com a perspectiva do desenvolvimento sustentável;

V. Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - é a maneira de conceber, implementar, administrar os resíduos sólidos considerando uma ampla participação das áreas de governo responsáveis no âmbito estadual e municipal;

VI. Unidades receptoras de resíduos - as instalações licenciadas pelas autoridades ambientais para a recepção, segregação, reciclagem, armazenamento para futura reutilização, tratamento ou destinação final de resíduos;

VII. Aterro sanitário – local utilizado para disposição final de resíduos urbanos, onde são aplicados critérios de engenharia e normas operacionais especiais para confinar esses resíduos com segurança, do ponto de vista de controle da poluição ambiental e proteção à saúde pública;

VIII. Aterro Industrial - técnica de disposição final de resíduos sólidos perigosos ou não perigosos, que utiliza princípios específicos de engenharia para seu seguro confinamento, sem causar danos ou riscos à saúde pública e à segurança, e que evita a contaminação de águas superficiais, pluviais e subterrâneas, e minimiza os impactos ambientais;

IX. Área Contaminada - área, terreno, local, instalação, edificação ou benfeitoria que contém quantidades ou concentrações de matéria em condições que causem ou possam causar danos à saúde humana, ao meio ambiente e a outro bem a proteger.

X. Área Degradada – área, terreno, local, instalação, edificação ou benfeitoria que por ação humana teve as suas características ambientais deterioradas;

XI. Remediação de área contaminada - adoção de medidas para a eliminação ou redução dos riscos em níveis aceitáveis para o uso declarado.

XII. Co-Processamento de Resíduos em Fornos de Produção de Clínquer - técnica de utilização de resíduos sólidos industriais a partir do processamento desses como substituto parcial de matéria – prima ou combustível no sistema forno de produção de clínquer, na fabricação do cimento.

XIII. Reciclagem- Prática ou técnica na qual os resíduos podem ser usados com a necessidade de tratamento para alterar as suas características físico-químicas.

XIV. Unidades Geradoras – são as instalações que por processo de transformação de matéria prima produzam resíduos sólidos de qualquer natureza;

XV. Aterro de Resíduos da Construção Civil e de Resíduos Inertes - área onde são empregadas técnicas de disposição de resíduos da construção civil classe A, conforme classificação específica, e resíduos inertes no solo, visando a reservação de materiais

segregados, de forma a possibilitar o uso futuro dos materiais e/ou futura utilização da área, conforme princípios de engenharia para confiná-los ao menor volume possível, sem causar danos à saúde pública e ao meio ambiente.

XVI. Resíduos Perigosos – aqueles que em função de suas propriedades químicas, físicas ou biológica, possam apresentar riscos à saúde pública ou à qualidade do meio ambiente;

XVII. Reutilização – prática ou técnica na qual os resíduos podem ser usados na forma em que se encontram sem necessidade de tratamento para alterar as suas características físico-químicas;

XVIII. Deposição Inadequada de Resíduos – são todas as formas de depositar, descarregar, enterrar, infiltrar ou acumular resíduos sólidos sem medidas que assegurem a efetiva proteção ao meio ambiente e à saúde pública.

XIX. Coleta Seletiva – o recolhimento diferenciado de resíduos sólidos, previamente selecionados nas fontes geradoras, com o intuito de encaminhá-los para reciclagem, compostagem, reuso, tratamento ou outras destinações alternativas.

Artigo 6º - Nos termos desta lei, os resíduos sólidos enquadrar-se-ão nas seguintes categorias:

I - resíduos urbanos os provenientes de residências, estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços, da varrição, de podas e da limpeza de vias, logradouros públicos e sistemas de drenagem urbana passíveis de contratação ou delegação a particular, nos termos de lei municipal, a serem objeto de:

II - resíduos industriais - os provenientes de atividades de pesquisa e de transformação de matérias-primas e substâncias orgânicas ou inorgânicas em novos produtos, por processos específicos, bem como os provenientes das atividades de mineração e extração, de montagem e manipulação de produtos acabados e aqueles gerados em áreas de utilidade, apoio, depósito e de administração das indústrias e similares, inclusive resíduos provenientes de ETA's e ETE's;

III - resíduos de serviços de saúde - os provenientes de qualquer unidade que execute atividades de natureza médico-assistencial humana ou animal, os provenientes de centros de pesquisa, desenvolvimento ou experimentação na área de farmacologia e saúde,

medicamentos e imunoterápicos vencidos ou deteriorados, os provenientes de necrotérios, funerárias e serviços de medicina legal e os provenientes de barreiras sanitárias;

IV – resíduos de atividades rurais - os provenientes da atividade agropecuária, inclusive os resíduos dos insumos utilizados;

V - resíduos provenientes de portos, aeroportos, terminais rodoviários, e ferroviários, postos de fronteira e estruturas similares - os resíduos sólidos de qualquer natureza proveniente de embarcação, aeronave ou meios de transporte terrestre, incluindo os produzidos nas atividades de operação e manutenção, os associados às cargas e aqueles gerados nas instalações físicas ou áreas desses locais;

VI – resíduos da construção civil - os provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras, compensados, forros e argamassas, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha.

Parágrafo Único - Os resíduos gerados nas operações de emergência ambiental, em acidentes dentro ou fora das unidades geradoras ou receptoras de resíduo, nas operações de remediação de áreas contaminadas e os materiais gerados nas operações de escavação e dragagem deverão ser previamente caracterizados e em seguida encaminhados para destinação adequada.

Artigo 7º - Os resíduos sólidos que, por suas características exijam ou possam exigir sistemas especiais para acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento ou destinação final, de forma a evitar danos ao meio ambiente e à saúde pública, serão definidos pelos órgãos estaduais competentes.

TÍTULO II
DA GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 8º – As unidades geradoras e receptoras de resíduos deverão ser projetadas, implantadas e operadas em conformidade com a legislação e com a regulamentação pertinente, devendo ser monitoradas de acordo com projeto previamente aprovado pelo órgão ambiental competente.

Artigo 9º - As atividades e instalações de transporte de resíduos sólidos deverão ser projetadas, licenciadas, implantadas e operadas em conformidade com a legislação em vigor, devendo a movimentação de resíduos ser monitorada por meio de registros rastreáveis, de acordo com o projeto previamente aprovado pelos órgãos previstos em lei ou regulamentação específica.

Artigo 10 - As unidades receptoras de resíduos de caráter regional e de uso intermunicipal terão prioridade na obtenção de financiamentos pelos organismos oficiais de fomento.

Artigo 11 - Os governos municipais deverão indicar as áreas antigas, atuais e as necessárias para as futuras unidades receptoras de resíduos urbanos, assim como estabelecer as restrições ocupacionais no seu entorno, em raio de no mínimo 500 metros.

Artigo 12 - Os governos estaduais e municipais, consideradas as suas particularidades, deverão incentivar e promover ações que visem a reduzir a poluição difusa por resíduos sólidos.

Artigo 13 - A gestão dos resíduos sólidos urbanos será feita pelos municípios, de forma, preferencialmente integrada e regionalizada, com a cooperação do Estado e participação dos organismos da sociedade civil, tendo em vista a máxima eficiência e a adequada proteção ambiental e à saúde pública.

Parágrafo Único: Nas regiões metropolitanas, as soluções para gestão dos resíduos sólidos deverão seguir o plano metropolitano de resíduos sólidos com participação do Estado, Municípios e da sociedade civil.

Artigo 14 - São proibidas as seguintes formas de destinação e utilização de resíduos sólidos:

I. lançamento “in natura” a céu aberto;

II. deposição inadequada no solo;

III. queima a céu aberto;

IV. Deposição em áreas sob regime de proteção especial e áreas sujeitas a inundação;

V. lançamentos em sistemas de redes de drenagem de águas pluviais, de esgotos, de eletricidade, de telecomunicações, e assemelhados;

VI. infiltração no solo sem tratamento prévio e projeto aprovado pelo órgão de controle ambiental estadual competente;

VII. utilização para alimentação animal, em desacordo com a legislação vigente;

VIII. utilização para alimentação humana;

IX. encaminhar resíduos de serviços de saúde para disposição final em aterros, sem submetê-los previamente a tratamento específico, que neutralize sua periculosidade.

§1º - Em situações excepcionais de emergência sanitária e fito-sanitária, os órgãos da saúde e de controle ambiental competentes poderão autorizar a queima de resíduos a céu aberto ou outra forma de tratamento que utilize tecnologia alternativa.

§ 2º. – As disposições inadequadas devem ser desativadas no prazo de dois anos do início da vigência desta lei ou no prazo definido nos respectivos Termos de Ajustamento de Conduta, e substituídos por sistemas de tratamento ou disposição adequados.

Artigo 15 - Os resíduos de serviços de saúde deverão ser obrigatoriamente segregados na fonte e tratados em sistemas licenciados pelos órgãos ambientais e de saúde competentes, antes de sua disposição final.

Artigo 16 - Os responsáveis pela degradação ou contaminação de áreas em decorrência de suas atividades econômicas, de acidentes ambientais ou pela disposição de resíduos sólidos, deverão promover a sua recuperação ou remediação em conformidade com procedimentos específicos, estabelecidos em regulamento.

Artigo 17 - A importação, a exportação e o transporte interestadual de resíduos, no Estado de São Paulo, dependerão de prévia autorização dos órgãos ambientais competentes.

Parágrafo Único – Os resíduos sólidos gerados no Estado de São Paulo somente poderão ser enviados para outros Estados da Federação, mediante prévia aprovação do órgão ambiental do Estado receptor.

Artigo 18 - A Administração Pública optará, preferencialmente, nas suas compras e contratações, pela aquisição de produtos de reduzido impacto ambiental, que sejam não perigosos, recicláveis e reciclados, devendo especificar essas características na descrição do objeto das licitações, observadas as formalidades legais.

CAPÍTULO II

DOS PLANOS DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Artigo 19 – O Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, a ser elaborado pelo gerenciador dos resíduos e de acordo com os critérios estabelecidos pelos órgãos de saúde e do meio ambiente, constitui documento obrigatoriamente integrante do processo de licenciamento das atividades e deve contemplar os aspectos referentes à geração, segregação, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e disposição final, bem como a eliminação dos riscos, a proteção à saúde e ao ambiente, devendo contemplar em sua elaboração e implementação:

- I. as diretrizes estabelecidas no Plano de Gerenciamento de Resíduos Urbanos, quando houver;
- II. as diretrizes estabelecidas nos Planos Estadual de Recursos Hídricos e no Plano Estadual de Saneamento, quando houver;
- III. o cronograma de implantação e programa de monitoramento e avaliação das medidas e das ações implementadas.

Parágrafo Único - O programa de monitoramento e demais mecanismos de acompanhamento das metas dos planos de gerenciamento de resíduos previstos nesta lei serão definidos em regulamento.

Artigo 20 – O Estado apoiará, de modo a ser definido em regulamento, os municípios que gerenciarem os resíduos urbanos em conformidade com Planos de Gerenciamento de Resíduos Urbanos.

§ 1º- Os Planos referidos no “caput” deverão ser apresentados a cada quatro anos e contemplar:

1. a origem, a quantidade e a caracterização dos resíduos gerados, bem como os prazos máximos para sua destinação;

2. a estratégia geral do responsável pela geração, reciclagem, tratamento e disposição dos resíduos sólidos, inclusive os provenientes dos serviços de saúde, com vistas à proteção da saúde pública e do meio ambiente;
3. as medidas que conduzam à otimização de recursos, por meio da cooperação entre os municípios, assegurada a participação da sociedade civil, com vistas à implantação de soluções conjuntas e ação integrada;
4. a definição e a descrição de medidas e soluções direcionadas:
 - a) às práticas de prevenção à poluição;
 - b) à minimização dos resíduos gerados, através da reutilização, reciclagem e recuperação;
 - c) à compostagem;
 - d) ao tratamento ambientalmente adequado;
5. os tipos e a setorização da coleta;
6. a forma de transporte, armazenamento e disposição final;
7. as ações preventivas e corretivas a serem praticadas no caso de manuseio incorreto ou de acidentes;
8. as áreas para as futuras instalações de recebimento de resíduos, em consonância com os Planos Diretores e legislação de uso e ocupação do solo;
9. o diagnóstico da situação gerencial atual e a proposta institucional para a futura gestão do sistema;
- 10 -o diagnóstico e as ações sociais, com a avaliação da presença de catadores nos lixões e nas ruas das cidades, bem como as alternativas da sua inclusão social;
11. as fontes de recursos para investimentos, operação do sistema e amortização de financiamentos.

§ 2º- O horizonte de planejamento do Plano de Gerenciamento de Resíduos Urbanos deve ser compatível com o período de implantação dos seus programas e projetos, ser periodicamente revisado e compatibilizado com o plano anteriormente vigente.

§ 3º- Os municípios com menos de 10.000 habitantes de população urbana, conforme último censo, poderão apresentar Planos de Gerenciamento de Resíduos Urbanos simplificados, na forma estabelecida em regulamento.

Artigo 21 – Os gerenciadores de resíduos industriais deverão seguir na elaboração dos respectivos Planos de Gerenciamento as gradações de metas estabelecidas pelas suas associações representativas setoriais e pelo órgão ambiental.

§ - 1º - Para os efeitos deste artigo, entre outros, serão considerados os seguintes setores produtivos:

1. Atividade de Extração de Minerais;
2. Indústria Metalúrgica;
3. Indústria de Produtos de Minerais não Metálicos;
4. Indústria de Materiais de Transporte;
5. Indústria Mecânica;
- 6 Indústria de Madeira, de Mobiliário, e de Papel, Papelão e Celulose;
7. Indústria da Borracha;
8. Indústria de Couros, Peles e Assemelhados e de Calçados;
9. Indústria Química e Petroquímica;
10. Indústria de Produtos Farmacêuticos, Veterinários e de Higiene Pessoal;
11. Indústria de Produtos Alimentícios;
12. Indústria de Bebidas e Fumo;
13. Indústria Têxtil e de Vestuário, Artefatos de Tecidos e de Viagem;
14. Indústria da Construção;
15. Indústria de Produção de Materiais Plásticas;
16. Indústria de Material Elétrico, Eletrônico e de Comunicação.
17. Indústria de Embalagens.

§ 2º - O Plano de Gerenciamento de Resíduos Industriais poderá prever a implantação de Bolsas de Resíduos, objetivando o reaproveitamento e o gerenciamento eficiente dos resíduos sólidos, conforme definido em regulamento.

§ 3º - O Plano de Gerenciamento de Resíduos Industriais poderá prever a destinação em centrais integradas de tratamento para múltiplos resíduos.

§ 4º - Os órgãos ambientais competentes poderão, na forma estabelecida em regulamento, exigir a apresentação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Industriais para efeito de aprovação avaliação e controle.

Artigo 22 - Os órgãos do meio ambiente e da saúde definirão os estabelecimentos de saúde que estão obrigados a apresentar o Plano de Gerenciamento de Resíduos.

Artigo 23 – O Estado somente concedera financiamento de recursos a fundo perdido, a ser aplicado no setor de resíduos sólidos, aos municípios, que apresentarem, a cada quatro anos, no seu plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nos termos do parágrafo 1º e seus incisos do Artigo 19, desta lei.

Artigo 24 – O Estado deverá através da Secretaria de Meio Ambiente apresentar, anualmente, o Plano Estadual de Resíduos Sólidos, a ser apresentado à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, para aprovação, nos termos do Artigo 19 desta lei.

CAPÍTULO III

DOS RESÍDUOS URBANOS

Art. 25 - Os Municípios são responsáveis pelo planejamento e execução com regularidade e continuidade dos serviços de limpeza exercendo a titularidade dos serviços em seus respectivos territórios.

Parágrafo Único - A prestação dos serviços mencionados no “caput” deverá adequar-se às peculiaridades e necessidades definidas pelo Município, nos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos.

Artigo 26 - A taxa de limpeza urbana é o instrumento que pode ser de ser adotado pelos municípios para atendimento do custo da implantação e operação dos serviços de limpeza urbana.

§ 1º - Com vistas à sustentabilidade dos serviços de limpeza urbana, os Municípios poderão fixar os critérios de mensuração dos serviços, para efeitos de cobrança da taxa de limpeza urbana, com base, entre outros, nos seguintes indicadores:

1. a classificação dos serviços;
2. a correlação com o consumo de outros serviços públicos;
3. a quantidade e frequência dos serviços prestados;

4 - avaliação histórica e estatística da efetividade de cobrança em cada região geográfica homogênea.

5 - autodeclaração do usuário.

§ 2º - Poderão ser instituídas taxas e tarifas diferenciadas de serviços especiais, referentes aos resíduos que:

1. contenham substâncias ou componentes potencialmente perigosos à saúde pública e ao meio ambiente;
2. por sua quantidade ou suas características, tornem onerosas a operação do serviço público de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos urbanos.

Artigo 27 - São considerados usuários dos serviços de limpeza urbana:

- I. a pessoa física ou jurídica que gerar resíduos ou auferir efetivo e imediato ou mediato proveito, decorrente da prestação dos serviços de limpeza urbana, na condição de proprietário, condômino, titular do domínio útil ou possuidor, direto ou indireto e a qualquer título, de imóvel ou condomínio situado em via ou logradouro atendido pelos serviços de limpeza urbana;
- II. a pessoa jurídica de direito público ou privado responsável pela coleta e remoção do resíduo, no caso de concessão dos serviços de tratamento e destinação final;
- III. o Município, nos casos de concessão, isoladamente ou em consórcio, representando a comunidade ou parte dela.

Artigo 28 - Os usuários dos sistemas de limpeza urbana deverão acondicionar os resíduos para coleta de forma adequada, cabendo-lhes observar as normas municipais que estabelecem as regras para a seleção e acondicionamento dos resíduos no próprio local de origem, e que indiquem os locais de entrega e coleta.

§ 1º - Cabe ao Poder Público Municipal, por meio dos órgãos competentes, dar ampla publicidade às disposições e aos procedimentos do sistema de limpeza urbana, bem como da forma de triagem e seleção, além dos locais de entrega dos resíduos.

§ 2º - A coleta de resíduos urbanos será feita, preferencialmente, de forma seletiva e com inclusão social.

Artigo 29- O Estado deve, nos limites de sua competência e atribuições:

- I. promover ações objetivando a que os sistemas de coleta, transporte, tratamentos e disposição final de resíduos sólidos sejam estendidos a todos os Municípios e atendam aos princípios de regularidade, continuidade, universalidade em condições sanitárias de segurança;
- II. incentivar a implantação, gradativa, nos Municípios da segregação dos resíduos sólidos na origem, visando ao reaproveitamento e a reciclagem.
- III. estimular os Municípios a atingirem a auto-sustentabilidade econômica dos seus sistemas de limpeza urbana, mediante orientação para a criação e implantação de mecanismos de cobrança e arrecadação compatíveis com a capacidade de pagamento da população;
- IV. fomentar a elaboração de legislação e atos normativos específicos de limpeza urbana nos Municípios, em consonância com as políticas estadual e federal;
- V. criar mecanismos que facilitem a comercialização dos recicláveis e reciclados em todas as regiões do Estado;
- VI. incentivar a formação de consórcios entre Municípios com vistas ao tratamento, processamento de resíduos e comercialização de materiais recicláveis;
- VII. fomentar parcerias das indústrias recicladoras com o Poder Público e a iniciativa privada nos programas de coleta seletiva e no apoio à implantação e desenvolvimento de associações ou cooperativas de catadores.

Artigo 30 – O Estado adotará critérios de elegibilidade para financiamento de projetos, programas e sistemas de resíduos sólidos aos Municípios que contemplem ou estejam de acordo com:

- I. as diretrizes e recomendações dos planos regionais e estadual de resíduos sólidos;
- II. a sustentabilidade financeira dos empreendimentos através da demonstração dos instrumentos específicos de custeio;
- III. a sustentabilidade técnica-operacional através de programas continuados de capacitação e educação ambiental.
- IV. a implementação do Fundo Municipal de Limpeza Urbana com a finalidade de assegurar a universalização do atendimento, a efetividade da proteção ambiental e da saúde pública.

CAPÍTULO IV

DOS RESÍDUOS INDUSTRIAIS

Artigo 31 – O gerenciamento dos resíduos industriais, especialmente os perigosos, desde a geração até a destinação final, será feito de forma a atender os requisitos de proteção ambiental e de saúde pública, com base no Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de que trata esta Lei.

Artigo 32- Compete aos geradores de resíduos industriais a responsabilidade pelo seu gerenciamento, desde a sua geração até a sua disposição final, incluindo:

- I. a separação e coleta interna dos resíduos, de acordo com suas classes e características;
- II. o acondicionamento, identificação e transporte interno, quando for o caso;
- III. a manutenção de áreas para a sua operação e armazenagem;
- IV. a apresentação dos resíduos à coleta externa, quando cabível, de acordo com as normas pertinentes e na forma exigida pelas autoridades competentes;
- V. o transporte, tratamento e destinação dos resíduos, na forma exigida pela legislação pertinente.

Artigo 33- O emprego de resíduos industriais perigosos, mesmo que tratados, reciclados ou recuperados para utilização como adubo, matéria – prima ou fonte de energia, bem como suas incorporações em materiais, substâncias ou produtos, dependerá de prévia aprovação dos órgãos competentes, mantida, em qualquer caso, a responsabilidade do gerador.

§ 1º - O fabricante deverá comprovar que o produto resultante da utilização dos resíduos referidos no “caput” deste artigo não implicará risco adicional à saúde pública e ao meio ambiente.

§ 2º - É vedada a incorporação de resíduos industriais perigosos em materiais, substâncias ou produtos, para fins de diluição de substâncias perigosas.

Artigo 34– As instalações industriais para o processamento de resíduos são consideradas unidades receptoras de resíduos, estando sujeitas às exigências desta lei.

CAPÍTULO V

DOS RESÍDUOS PERIGOSOS

Artigo 35 - Os resíduos perigosos que, por suas características exijam ou possam exigir sistemas especiais para acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento ou destinação final, de forma a evitar danos ao meio ambiente e à saúde pública, deverão receber tratamento diferenciado durante as operações de segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final.

Artigo 36 - O licenciamento, pela autoridade de controle ambiental, de empreendimento ou atividade que gere resíduo perigoso condicionar-se-á à comprovação de capacidade técnica para o seu gerenciamento.

Artigo 37 - Os geradores e/ou responsáveis pelo gerenciamento dos resíduos sólidos perigosos devem ainda:

- I. manter os locais de operação, recipientes e veículos de transporte relacionados ao gerenciamento de resíduos perigosos devidamente identificados, de acordo com as normas técnicas pertinentes;
- II. não-adotar condutas capazes de causar aumento de periculosidade dos resíduos ou que dificultem, de alguma forma, seu gerenciamento;
- III. manter inventário atualizado e facilmente acessível dos resíduos perigosos;
- IV. informar imediatamente ao órgão de controle ambiental sobre a ocorrência de acidentes ou sobre desaparecimento de resíduos, durante qualquer etapa do gerenciamento;
- V. ser responsáveis pelos exames médicos e laboratoriais que se fizerem necessários da vizinhança do local da unidade geradora e dos trabalhadores que manipulam os resíduos sólidos perigosos;
- VI. ser responsável pelas informações a serem prestadas à vizinhança das unidades geradora de resíduos.

Artigo 38 - A coleta e gerenciamento de resíduos perigosos, quando não forem executados pelo próprio gerador, somente poderão ser exercidos por empresas autorizadas pelo órgão de controle ambiental para tal fim.

Artigo 39 - O transporte dos resíduos perigosos deverá ser feito com emprego de equipamentos adequados sendo devidamente acondicionados e rotulados em conformidade com as normas nacionais e internacionais pertinentes.

Parágrafo Único - Quando houver movimentação de resíduos perigosos para fora da unidade geradora, os geradores, transportadores e as unidades receptoras de resíduos perigosos deverão, obrigatoriamente, utilizar o Manifesto de Transporte de Resíduos, de acordo com critérios estabelecidos pela legislação vigente.

Artigo 40 - Aquele que executar o transporte de resíduos perigosos deverá verificar, junto aos órgãos de trânsito do estado e dos municípios as rotas preferenciais por onde a carga deverá passar e informar ao órgão de controle ambiental estadual o roteiro de transporte.

TÍTULO III DA INFORMAÇÃO

CAPÍTULO I DA INFORMAÇÃO E DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Artigo 41 – O órgão ambiental elaborará e apresentará, anualmente, o Inventário Estadual de Resíduos, que constará de:

I - o cadastro de fontes prioritárias, efetiva ou potencialmente, poluidoras, industriais, de transportadoras e locais de disposição de resíduos sólidos, especialmente, os industriais e os perigosos;

II - o sistema declaratório;

III - a relação de fontes e substâncias consideradas de interesse.

Parágrafo Único – O inventário referido no “caput” deverá ser, obrigatoriamente, apresentado à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

Artigo 42 – Fica assegurado ao público em geral, o acesso às informações relativas a resíduos sólidos, existentes nos bancos de dados dos órgãos e das entidades da administração, direta e indireta, do Estado.

Artigo 43 – Compete ao Poder Público fomentar e promover a educação ambiental sobre resíduos sólidos, inclusive por meio de convênios com entidades públicas e privadas.

Artigo 44 - Os fabricantes, importadores ou fornecedores de produtos e serviços que gerem resíduos potencialmente nocivos ou perigosos à saúde ou ao ambiente devem informar à comunidade sobre os riscos decorrentes de seu manejo, de maneira ostensiva e adequada.

Artigo 45 - Os fabricantes e os importadores de produtos que gerem resíduos potencialmente nocivos ao meio ambiente devem informar os consumidores sobre os impactos ambientais deles decorrentes, bem como sobre o seu processo de produção, por meio de rotulagem, em conformidade com os critérios estabelecidos pelo órgão ambiental estadual competente.

CAPÍTULO II

DO SISTEMA DECLARATÓRIO ANUAL

Artigo 46 - As fontes geradoras, os transportadores e as unidades receptoras de resíduos, ficam obrigadas a apresentar, anualmente, declaração formal contendo as quantidades de resíduos gerados, armazenados, transportados e destinados, na forma a ser fixada no regulamento desta Lei.

Artigo 47 - Os geradores e/ou responsáveis pelo gerenciamento de resíduos sólidos perigosos devem informar anualmente, ou sempre que solicitado pelas autoridades competentes do estado e do municípios:

- I. a quantidade de resíduos gerados, manipulados, acondicionados, armazenados, coletados, transportados ou tratados, conforme cada caso específico, assim como a natureza dos mesmos e sua disposição final;
- II. as medidas adotadas como objetivo de reduzir a quantidade e a periculosidade dos resíduos e de aperfeiçoar tecnicamente o seu gerenciamento;
- III. as instalações de quem dispõe e os procedimentos relacionados ao gerenciamento de resíduos;
- IV. os dados que forem julgados necessários pelos órgãos competentes.

TÍTULO IV
DAS RESPONSABILIDADES, INFRAÇÕES E PENALIDADES

CAPÍTULO I
DAS RESPONSABILIDADES

Artigo 48 - Os geradores de resíduos são responsáveis pela gestão dos mesmos.

Parágrafo Único - Para os efeitos deste artigo, equipara-se ao gerador o órgão municipal ou a entidade responsável pela coleta, pelo tratamento e pela disposição final dos resíduos urbanos.

Artigo 49 – No caso de ocorrências envolvendo resíduos que coloquem em risco o ambiente e a saúde pública, a responsabilidade pela execução de medidas corretivas será:

- I. do gerador, nos eventos ocorridos em suas instalações;
- II. do gerador e do transportador, nos eventos ocorridos durante o transporte de resíduos sólidos; e
- III. do gerador e do gerenciador de unidades receptoras, nos eventos ocorridos nas instalações destas últimas.

§ 1º - Os derramamentos, os vazamentos ou os despejos acidentais de resíduos deverão ser comunicados por qualquer dos responsáveis, imediatamente após o ocorrido, à defesa civil aos órgãos ambiental e de saúde pública competentes.

§ 2º - O gerador do resíduo derramado, vazado ou despejado acidentalmente deverá fornecer, quando solicitado pelo órgão ambiental competente, todas as informações relativas à quantidade e composição do referido material, periculosidade e procedimentos de desintoxicação e de descontaminação.

Artigo 50 – Os geradores e gerenciadores de unidades receptoras de resíduos sólidos deverão requerer junto aos órgãos competentes registro de encerramento de atividades.

Parágrafo Único – A formalização do pedido de registro a que se refere o “caput” deste artigo deverá, para as atividades previstas em regulamento, ser acompanhada de relatório conclusivo de auditoria ambiental atestando a qualidade do solo, do ar e das águas na área de impacto do empreendimento.

Artigo 51 – O gerador de resíduos de qualquer origem ou natureza e seus sucessores respondem pelos danos ambientais, efetivos ou potenciais.

§ 1º - Os geradores dos resíduos referidos, seus sucessores, e os gerenciadores das unidades receptoras, em atendimento ao princípio do poluidor-pagador, são responsáveis pelos resíduos remanescentes da desativação de sua fonte geradora, bem como pela recuperação das áreas por eles contaminadas.

§ 2º - O gerenciador de unidades receptoras responde solidariamente com o gerador, pelos danos de que trata este artigo, quando estes se verificarem em sua instalação.

Artigo 52 - O gerador de resíduos sólidos de qualquer origem ou natureza, assim como os seus controladores, respondem solidariamente pelos danos ambientais, efetivos ou potenciais, decorrentes de sua atividade, cabendo-lhes proceder, às suas expensas, às atividades de prevenção, recuperação ou remediação, em conformidade com a solução técnica aprovada pelo órgão ambiental competente, dentro dos prazos assinalados, ou, em caso de inadimplemento, ressarcir, integralmente, todas as despesas realizadas pela administração pública para a devida correção ou reparação do dano ambiental.

Artigo 53 – Os fabricantes, distribuidores ou importadores de produtos que, por suas características exijam ou possam exigir sistemas especiais para acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento ou destinação final, de forma a evitar danos ao meio ambiente e à saúde pública, mesmo após o consumo de seus resíduos desses itens, são responsáveis pelo atendimento de exigências estabelecidas pelo órgão ambiental.

Artigo 54 - As unidades de tratamento de resíduos de serviços de saúde somente poderão ser licenciadas quando localizadas em áreas em que a legislação de uso e ocupação do solo permitir o uso industrial ou quando localizadas dentro de áreas para recepção de resíduos previamente licenciadas.

Artigo 55 - O tratamento das carcaças animais será feito através de incineração em equipamentos apropriados ou por outro meio de tratamento com eficiência igual ou superior.

Parágrafo Único – O licenciamento ambiental obrigatório, realizado pelo órgão ambiental competente, estabelecerá as exigências técnicas, características e condições operacionais para a coleta, acondicionamento, transporte e destruição térmica das carcaças, inclusive para a destinação final do produto obtido.

Artigo 56 - Compete ao administrador dos portos, aeroportos, terminais rodoviários e ferroviários, o gerenciamento completo dos resíduos sólidos gerados nesses locais.

Artigo 57 - Na forma desta lei, são responsáveis pelo gerenciamento dos resíduos de construção civil:

- I. o proprietário do imóvel e/ou do empreendimento;
- II. o construtor ou empresa construtora, bem como qualquer pessoa que tenha poder de decisão na construção ou reforma;
- III. as empresas e/ou pessoas que prestem serviços de coleta, transporte, beneficiamento e disposição de resíduos de construção civil;

CAPÍTULO II

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Artigo 58 – Constitui infração, para efeitos desta lei, toda ação ou omissão que importe inobservância dos preceitos por ela estabelecidos.

Artigo 59– As infrações às disposições desta lei, do seu regulamento e dos padrões e exigências técnicas dela decorrentes serão sancionadas em conformidade com o disposto nos artigos 28 a 33 da Lei nº 9.509, de 20 de março de 1997, e legislação pertinente.

Artigo 60 – Os custos resultantes da aplicação da sanção de interdição temporária ou definitiva correrão por conta do infrator.

Artigo 61 – O produto da arrecadação das multas previstas nesta lei constituirá receita do órgão ou da entidade responsável pela aplicação das penalidades e deverá ser empregada na recuperação ambiental, ou em programas de prevenção à poluição preferencialmente na região da ocorrência da infração.

Artigo 62 – Constatada a infração às disposições desta lei, os órgãos da administração pública encarregados do licenciamento e da fiscalização ambientais poderão diligenciar, junto ao infrator, no sentido de formalizar termo de compromisso de ajustamento de conduta ambiental com força de título executivo extrajudicial, que terá por objetivo cessar, adaptar, recompor, corrigir ou minimizar os efeitos negativos sobre o meio ambiente, independentemente da aplicação das sanções cabíveis.

§ 1º - As multas pecuniárias aplicadas poderão ser reduzidas em até 50% (cinquenta por cento) de seu valor, e as demais sanções terão sua exigibilidade suspensa, conforme dispuser o regulamento desta lei.

§ 2º - O não-cumprimento total ou parcial do convencionado no termo de ajustamento de conduta ambiental ensejará a execução das obrigações dele decorrentes, sem prejuízo das sanções penais e administrativas aplicáveis à espécie.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 63 – O regulamento desta lei estabelecerá:

I - os prazos em que os responsáveis pela elaboração dos Planos de Gerenciamento de Resíduos nela referidos deverão apresentá-los aos órgãos competentes;

II – os mecanismos de cooperação entre as secretarias, órgãos e agências estaduais integrantes dos Sistemas de Meio Ambiente – SEAQUA, de Recursos Hídricos – SIGRH e de Saneamento – SESAN, assim como os de saúde pública, com vistas à execução da Política Estadual de Resíduos Sólidos;

III – As regras que regulam o Sistema Declaratório Anual.

Artigo 64 - A presente lei não se aplica à gestão de rejeitos radioativos.

Artigo 65 - O órgão ambiental deverá propor o regulamento desta lei no prazo de 2 (dois) anos.

Artigo 66 – Esta lei entra em vigor após decorridos 30 (trinta) dias de sua publicação oficial.

Artigo 67 - Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 11.387, de 27 de maio de 2003.

JUSTIFICATIVA

Tendo em vista a necessidade do Estado de São Paulo em ter sua Política Estadual de Resíduos Sólidos, foi constituído o Grupo de Trabalho, representado pelos Deputados autores desta proposição, através do Ato nº 20/2003, presididos pelo Deputado Estadual Arnaldo Jardim, com a finalidade de elaborar o competente Projeto de Lei, com ampla participação da sociedade, dos representantes dos órgãos ambientais do Governo Estadual, das entidades e associações citadas abaixo, e de todos que se interessaram em participar do amplo processo de debate realizado nesta Casa Parlamentar.

Importante salientar que os Estados do Rio de Janeiro, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Sul, entre outros, já elaboraram sua própria política de resíduos sólidos.

Nos últimos cinco anos muito se tem discutido sobre a Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e Industriais em nível federal, estadual e municipal.

O presente Projeto de Lei procura abranger as questões mais atualizadas da gestão integrada de resíduos sólidos, construindo o liame, entre uma política de gestão em consonância com as Políticas Estaduais de Saneamento, Recursos Hídricos e de Meio Ambiente.

O texto apresentado contempla as questões sociais relativas ao setor de resíduos sólidos, inserindo a presença dos catadores e associações ou cooperativas de catadores no processo de coleta, separação e comercialização dos resíduos urbanos recicláveis, bem como prevendo a sua ressocialização.

O projeto de lei incorpora também o princípio da responsabilidade compartilhada entre o poder público, os geradores dos resíduos e a sociedade civil, assegurando a participação da população na gestão, no controle e no acompanhamento da prestação dos serviços de coleta e disposição dos resíduos sólidos.

Desta forma, propõe ações direcionadas à educação ambiental diretamente para o gerador e o consumidor.

Também prevê a implantação de um sistema de informações sobre os resíduos sólidos no estado, criando o Sistema Declaratório, com o apoio e a participação dos Municípios, para a divulgação pública.

O Grupo de Trabalho inicialmente promoveu nove eventos públicos, entre audiências e seminários específicos, contando com a participação dos vários segmentos sócio-econômicos, organizações não governamentais, órgãos do Poder Público, representantes do meio acadêmico, pesquisadores e estudiosos da matéria sendo apresentado uma primeira minuta do anteprojeto de Política Estadual de Resíduos Sólidos.

Referida minuta, bem como o trabalho desenvolvido, foi disponibilizado no sítio www.al.sp.gov.br, que de forma inovadora foi utilizado como canal de comunicação entre a sociedade e o parlamento, recebendo inúmeras e valiosas contribuições.

Posteriormente, foram apresentadas emendas ao Anteprojeto, pelas entidades abaixo citadas, designando-se o Deputado Rodolfo Costa e Silva para a Relatoria das emendas propostas, que realizou onze reuniões, com a presença das entidades abaixo citadas, nas quais foram analisadas e debatidas cada uma das emendas.

Portanto, o texto que ora é apresentado neste projeto de lei, resulta de amplo processo de discussão com todos os setores afeitos à questão dos Resíduos Sólidos, em processo verdadeiramente democrático, com a efetiva participação da sociedade civil organizada e todos os partidos políticos através dos deputados estaduais que os representam e são autores desta proposição.

Os autores agradecem a participação do Governo do Estado de São Paulo, através do Excelentíssimo Senhor Governador Geraldo Alckmin, do Excelentíssimo Secretário do Meio Ambiente José Goldemberg e Excelentíssimo Presidente da CETESB, Rubens Lara.

Nesse sentido, os autores do presente Projeto de Lei agradecem a contribuição dos seguintes órgãos da administração pública, entidades e associações representativas dos diversos setores afeitos à questão dos resíduos sólidos, que entre outras, ajudaram a construir o texto ora apresentado, a saber: ABCP - Associação Brasileira de Cimento Portland; ABES - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental; ABETRE - Associação Brasileira de Empresas de Tratamento de Resíduos; ABIFIBRO - Associação Brasileira das Indústrias e Distribuidores de Produtos de Fibrocimento; ABIHPEC - Associação Brasileira de Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosmético; ABILUX - Associação Brasileira de Indústria de Iluminação; ABINEE - Associação Brasileira de Indústria Elétrica e Eletrônica; ABIPET - Associação Brasileira de Indústria do PET; ABIQUIM - Associação Brasileira de Indústria Química; ABIRP - Associação Brasileira das Indústrias Recicladoras de Papel; ABRE - Associação Brasileira de Reciclagem; ABRELPE - Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais; ANIP - Associação Nacional de Indústrias de Pneumáticos; ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária; Associação de Engenheiros e Arquitetos de Osasco; BRACELPA - Associação Brasileira de Celulose e Papel; Câmara Ítalo-Brasileira de Comércio e Indústria de São Paulo; Câmara Multidisciplinar de Qualidade de Vida; Cardal Eletro Metalúrgica Ltda; CEMPRESA - Compromisso Empresarial Para Reciclagem; CETESB - Companhia Estadual de Tecnologia e Saneamento Ambiental; Conselho Regional de Farmácia; Consultoria Paulista de Estudos Ambientais; DELC - Ambiental S/C. Ltda.; ECP - DELL; ECP - Sistemas Ambientais; Eletros/BSH Continental; Eternit S/A.; FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo; FMU - Gestão Ambiental; Fórum Lixo e Cidadania do Estado de São Paulo; Fundação SOS Mata Atlântica; Granziera Consultoria Ltda.; H. Strattner & Cia. Ltda.; ICTR - Instituto de Ciência e Tecnologia em Resíduos e Desenvolvimento Sustentável; INPEV - Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias; Instituto Vitae C/Vilis; Lorenzetti IBE; Natura

Cosméticos; OAB/SP – Ordem dos Advogados do Brasil, Comissão de Meio Ambiente; Petróleo Brasileiro S/A.- PETROBRÁS; PLASTIVIDA; Polietilenos União; Resotec – Holcim Brasil S/A; Rotary Club Internacional – Comissão de Proteção ao Meio Ambiente; SAMEB – Serviço de Assistência Médica Barueri; SECOVI – Sindicato de Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo; Secretaria de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento; Secretaria do Meio Ambiente da Prefeitura de Barueri; Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente de Mauá; SERVIMAR – Serviços Técnicos Ambientais Ltda.; SIERESP – Sindicato das Empresas Removedoras de Entulho do Estado de São Paulo; SINDICERV – Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja; SINDUSCON – Sindicato das Indústrias da Construção Civil; SMA – Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo; Sony Brasil Ltda.; Vega Engenharia Ambiental; Viterbo Machado Luz Mineração Ltda.

Certos de que cumpriram a missão outorgada pela Presidência desta Assembléia Legislativa, os membros do Grupo de Trabalho abaixo-subscritos, apresentam o presente Projeto de Lei, objetivando que o nosso Estado, possa finalmente ter sua própria política de resíduos sólidos, objetivando alcançar o seu desenvolvimento sustentável.

Sala das Sessões, em 24/5/2005

**a) Arnaldo Jardim-PPS a) Donisete Braga-PT a) Eli Corrêa Filho-PFL a) Giba Marson-PV
a) Jorge Caruso-PMDB a) Luis Carlos Gondim-PL a)Orlando Morando-PL a)Rodolfo
Costa e Silva-PSDB.**